SUMÁRIO

PR	EFÁCIO
	Guilherme Guimarães Feliciano9
AP	RESENTAÇÃO
	José Claudio Monteiro de Brito Filho13
	DOUTRINA INTERNACIONAL
ITÁ	ÁLIA
1.	LA CONCILIAZIONE E L'ARBITRATO COLLETTIVO IN ITALIA TRA LEGGE E CONTRATTO COLLETTIVO
	Marco Mocella17
PO	LÔNIA
2.	REFLECTIONS ON THE PROTECTION OF WORKERS' RIGHTS IN COLLECTIVE LABOUR LAW AND THE CHALLENGES FACED BY TRADE UNIONS IN GLOBAL SUPPLY CHAINS
	Marta Zbucka-Gargas45
	DOUTRINA NACIONAL
3.	A EXTENSÃO TERRITORIAL DA SENTENÇA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA: EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ATÉ A PRONÚNCIA DA INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 16 DA LEI 7.347/1985
	Ricardo José Macedo de Britto Pereira, José Roberto Freire Pimenta e Cláudio Iannotti da Silva63

4.	AÇÃO COLETIVA LABORAL PASSIVA: UMA VELHA CONHECIDA PASSIVE LABOUR	
	Lorena Vasconcelos Porto e Marcelo Freire Sampaio Costa	85
5.	DA GREVE AO BOICOTE: OS VÁRIOS SENTIDOS E AS NOVAS POSSIBILIDADES DAS LUTAS OPERÁRIAS	
	Márcio Túlio Viana	109
6.	INQUÉRITO CIVIL E CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL	
	Bruno Gomes Borges da Fonseca e Vitor Salino de Moura Eça	159
7.	O <i>HABEAS DATA</i> NA JUSTIÇA DO TRABALHO E AS AÇÕES DE RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO	
	Guilherme Guimarães Feliciano	185
8.	O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA ADEQUADA E O PROCESSO COLETIVO	
	Cláudio Iannotti da Rocha e Thais Borges da Silva	201
9.	LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA: TERMO DE AJUSTAMENTO EM MATÉRIA TRABALHISTA E PARTICIPAÇÃO DA COLETIVIDADE	
	Debora da Silva Vieira, Gisele Santos Fernandes Góes e Ney Maranhão	223
10.	LGPD E DESAFIOS RECENTES DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO BRASIL	
	Luciane Cardoso Barzotto	261
11.	OS IMPACTOS DA EXIGÊNCIA DE COMUM ACORDO PARA O AJUIZAMENTO DOS DISSÍDIOS COLETIVOS DE NATUREZA ECONÔMICA NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO NEGOCIAL PELOS SINDICATOS	
	Felipe Prata Mendes e José Claudio Monteiro de Brito Filho	285
12.	O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - EM ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - NO ENFRENTAMENTO DE PROBLEMÁTICAS ESTRUTURAIS DECORRENTES DO CONTEXTO PANDÊMICO	
	Gisele Santos Fernandes Góes e Ney Maranhão	309

13. PROCESSO COLETIVO E CONSTITUIÇÃO: A APLICAÇÃO DIRETA DO CPC 2015 AO MICROSSISTEMA DOS PROCESSOS COLETIVOS	
Hermes Zaneti Jr	321
14. TUTELA COLETIVA E ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA EM TEMPOS DE EROSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS	
Augusto Grieco Sant'Anna Meirinho	363
15. UNIFICAÇÃO DA TUTELA COLETIVA DE DIREITOS SOB O VIÉS CONSTITUCIONAL E EFETIVIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DA JURISPRUDÊNCIA	
Willians Franklin Lira dos Santos, Luiz Eduardo Gunther e Marco Antônio César Villatore	383
POSFÁCIO	
Luciane Cardoso Barzotto	405